

1 – Introdução

O Instituto Federal do Espírito Santo, em seu Projeto Pedagógico Institucional¹, concebe a educação como “um processo permanente de formação integral que abrange as dimensões ética, estética, política, científica, tecnológica e se constitui nas relações entre os sujeitos em seus diferentes contextos”. Assim, entende o sujeito como um ser social, histórico e cultural, e a educação como processo que possibilita a produção de conhecimentos técnicos, científicos, mas também a construção de sujeitos de direitos, aptos ao exercício da cidadania, conhecedores de seus deveres, e capazes de intervenções conscientes que promovam mudanças na realidade, em busca de uma sociedade mais justa, solidária, igualitária e inclusiva.

Tendo em vista esse entendimento, as políticas adotadas institucionalmente para o desenvolvimento deste projeto educacional devem ter como fundamento a promoção do acesso, permanência, aprendizagem e conclusão com aproveitamento, por parte de todos os estudantes, “sem deixar ninguém para trás”².

É nesse sentido que se inserem as Políticas de Ações Afirmativas, em âmbito nacional e institucional, como ações ou medidas de reparação de exclusões, desigualdades e discriminações presentes na sociedade, na busca de equiparação de oportunidades. As ações afirmativas incidem geralmente sobre os processos de acesso às instituições, e podem atingir grupos discriminados e excluídos devido a questões étnico-raciais, sociais, de gênero, sexualidade e/ou pessoas com deficiência.

Além disso, no que se refere à permanência, observamos a promoção de ações e medidas que visam minimizar os efeitos das desigualdades sociais, contribuindo para a igualdade de oportunidades e para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes, além de agir, preventivamente, para minimizar as situações de retenção e evasão decorrentes das situações de vulnerabilidade social. Com isso, objetiva-se a promoção da inclusão social pela educação. Nesse contexto, insere-se a Política de Assistência Estudantil, cujo foco do trabalho é voltado, sobretudo, para a permanência dos estudantes no sistema de ensino. Neste sentido, a Assistência Estudantil foi concebida como um conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento integral dos discentes, ao fortalecimento dos vínculos dos estudantes com seu percurso educacional e à promoção de protagonismo, autonomia e inclusão social³.

No ano de 2021, continuamos vivenciando um contexto mundial de pandemia do coronavírus (Sars-Cov-2), o qual assolou diversos países no ano de 2020 e permaneceu em proliferação durante o ano que se seguiu. Os impactos desta pandemia na sociedade já alcançaram uma escala tal, que produziram uma grande transformação social, em diversos âmbitos. Diante desta realidade, no entanto, proliferaram-se também as ações de enfrentamento, tanto individuais como coletivas, assim como movimentos constantes de cobrança das

¹ INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2024. Vitória, 2019, p. 68.

² ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York, 2015.

³ BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, 2010.

ações do Estado no que se refere não só ao combate da pandemia, mas também à prevenção e promoção em saúde, à ampliação das medidas socioassistenciais, à proteção e recuperação da economia e emprego, à defesa dos direitos básicos e fundamentais e à preservação da vida.

Nesse sentido, vivenciamos com expectativa e esperança o início da vacinação da população brasileira em 2021, começando pelos grupos prioritários (de maior risco), até alcançar toda a população maior e 18 anos e principiar a vacinação do público adolescente – 12 a 17 anos. Com isso novas perspectivas se abriram, especialmente para o retorno na presencialidade na educação, outro grande impacto sentido socialmente, principalmente pelos estudantes, que se viram afastados do convívio escolar, tendo seu percurso afetado por diversas barreiras como as condições de infraestrutura física e tecnológica para os estudos (disponibilidade de espaço e mobiliário adequados, equipamento, internet, etc), dificuldades para organização de horários para estudo, demandas familiares e profissionais, além da própria dificuldade de adaptação à modalidade de estudo não presencial.

A partir de meados de 2021, com a ampliação da vacinação e gradativo recrudescimento dos números da pandemia, foi possível elaborar uma proposta de ensino de transição, nomeada de “Ensino Flexível Híbrido”, entendido como uma estratégia de utilização conjugada entre atividades pedagógicas não presenciais e atividades pedagógicas presenciais como forma de possibilitar o retorno gradual às aulas presenciais.

Apesar do cenário geral se mostrar timidamente mais favorável, ainda permanecemos lidando com medos, incertezas, inseguranças e com toda a complexidade dos desdobramentos da pandemia, seja a nível individual ou coletivo – na saúde (física e mental), nas relações e na organização social, econômica e política.

Diante deste contexto, a Assistência Estudantil segue se resignificando, assim como as equipes têm se desdobrado na busca de alternativas diante das demandas estudantis que se apresentam, num movimento constante de reflexão, revisão e reinvenção de posturas, propostas e práticas no acompanhamento dos estudantes.

Considerando o exposto, apresentamos neste Relatório as principais atividades desenvolvidas pelo Ifes, no ano de 2021, com relação às Ações Afirmativas e à Assistência Estudantil, além de algumas reflexões e propostas para aprimoramento dos processos institucionais voltados à garantia do direito de todas, todos e todes à Educação.

2 – Ações Afirmativas

No ano de 2021, o Ifes trabalhou com Ações Afirmativas que garantiram a reserva de vagas tanto no âmbito dos cursos técnicos como no âmbito da graduação. Conforme preconizado pela Lei nº 12.711/2012, 50% das vagas ofertadas foram direcionadas a estudantes provenientes de escolas públicas (3.467 vagas), sendo que metade delas foi direcionada àqueles que, além de provenientes de escolas públicas, tinham renda familiar per capita inferior a 1,5 salários-mínimos (1.711 vagas). Ainda dentre os referidos 50%, houve reserva de vagas para estudantes pretos, pardos e indígenas (2.054 vagas), em percentual definido com base nos dados de perfil étnico aferidos pelo IBGE. Neste caso, o percentual de pretos, pardos e indígenas da população capixaba, indicado pelo IBGE, é de aproximadamente 60%.

A partir da publicação da Lei nº 13.409/2016 e da Portaria Normativa nº 09/2017, os processos seletivos do Ifes passaram a contemplar também a reserva de vagas para pessoas com deficiência, vinculada às reservas já existentes. Desta forma, para cada modalidade de reserva já em vigor, foi destinada uma parcela das vagas para pessoas com deficiência (totalizando 265 vagas), de acordo com os percentuais verificados no último censo do IBGE. Atualmente, o percentual segue o critério de margem de corte adotado pelo IBGE em 2018⁴, o qual considera como pessoa com deficiência os indivíduos que indicaram ter, pelo menos, muita dificuldade em uma ou mais das questões aferidas (enxergar, ouvir, caminhar/subir degraus), o que representa 6,7% da população em geral.

A planilha a seguir resume a reserva de vagas para ações afirmativas nos cursos técnicos e de graduação do Ifes, no ano de 2021.

Tabela 1 – Reserva de Vagas nos Processos Seletivos de Alunos

Programa	Oferta	Quantidade	Base Legal
Estudantes procedentes de Escola Pública	Sim	3.467	Lei 12.711/2012
Socioeconômico	Sim	1.711	Lei 12.711/2012
Étnico-racial	Sim	2.054	Lei 12.711/2012
Pessoa com Deficiência	Sim	760	Lei 13.409/2016
Outros	Não	-	-

Fonte: Pró-reitoria de Ensino do Ifes

⁴ IBGE. Nota Técnica 01/2018. Rio de Janeiro, 2012.

3 – Política de Assistência Estudantil

A Política de Assistência Estudantil do Ifes (PAE) foi criada em 2011 pela Resolução nº 19/2011, do Conselho Superior do Ifes, à luz do disposto no Decreto nº 7.234/2010, que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil. Na direção do texto legislativo, a PAE do Ifes assume como finalidade promover ações que contribuam para a equidade no processo de formação dos discentes do Ifes, além de contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais, políticas, culturais e de saúde dos discentes, as quais perpassam todo o processo educativo. Com isso, busca-se prevenir e minimizar a retenção e a evasão escolar, contribuindo para a permanência, o êxito e a formação cidadã dos estudantes. A PAE do Ifes foi construída, portanto, com base em tais princípios, e estruturada a partir de Programas de Apoio à Formação Discente, regulamentados pela Portaria nº 1.602/2011, do Reitor do Ifes.

Os Programas de Apoio à Formação Discente estão divididos em Programas Específicos – Auxílio Material Didático e Uniforme, Auxílio Moradia, Auxílio Alimentação, Auxílio Transporte, Auxílio Financeiro, que visam o atendimento preferencialmente ao aluno em vulnerabilidade social –, e Programas Universais, cujo atendimento é oferecido a toda comunidade discente.

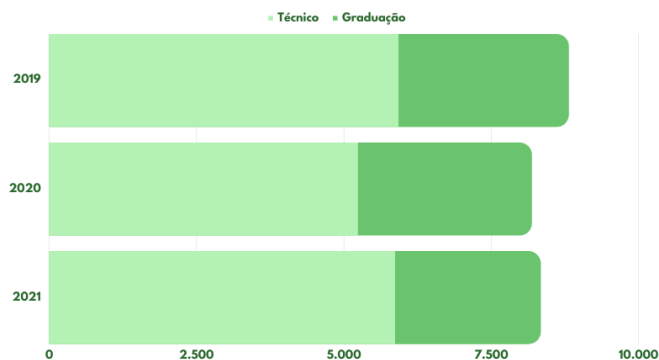
3.1 – Programas Específicos

Os Programas Específicos da Assistência Estudantil têm por objetivo promover o atendimento às necessidades básicas dos estudantes para sua permanência na instituição, especialmente no que se refere à alimentação, transporte, moradia próxima do local de estudo e material didático. Neste sentido, apresentamos a seguir os dados relativos aos números alcançados nos anos de 2019, 2020 e 2021, referentes ao quantitativo de alunos beneficiados com auxílios pela Assistência Estudantil, bem como dos tipos de benefícios concedidos neste mesmo período.

Gráfico 1 – Total de Estudantes Beneficiados com Auxílios

Assistência Estudantil - Estudantes Beneficiados com Auxílios

2019 - 2020 - 2021



Fonte de dados: Assistência Estudantil dos campi.

Figura 1 – Total de Estudantes Beneficiados com Auxílios – 2021



Fonte de dados: Assistência Estudantil dos campi.

A partir das representações visuais acima, observamos que de 2019 a 2020 houve uma diminuição de 7,11% no número de alunos atendidos nos Programas Específicos da Assistência Estudantil (de 8.815 para 8.188 estudantes), e de 2020 a 2021, um aumento de 1,8% (de 8.188 para 8.339 estudantes). De igual modo, observamos uma grande diminuição no quantitativo de auxílios concedidos (de 133.558 em 2019 para 68.272 em 2021), representando uma queda de 48,9% entre 2019 e 2021.

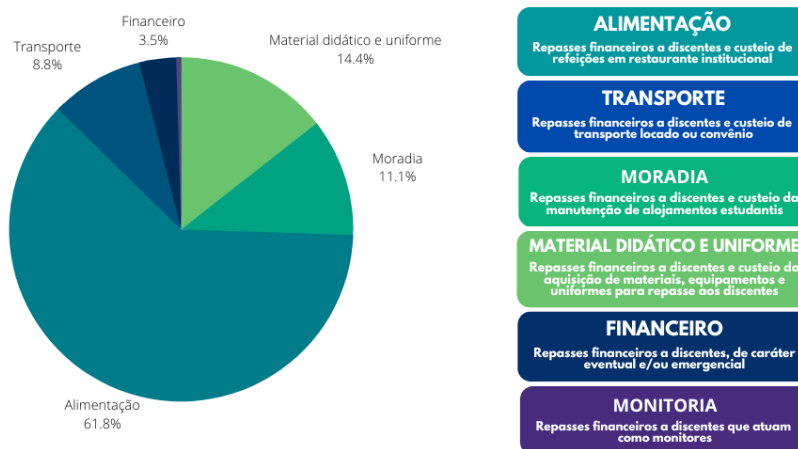
Tal quadro se deve, principalmente, à continuidade da situação de emergência em saúde pública, em virtude da pandemia novo coronavírus, que persistiu durante todo o ano de 2021. Apesar disso, diante de um arrefecimento dos números da pandemia em meados de 2021, algumas medidas foram “afrouxadas”, e foi possível o retorno ao funcionamento de uma série de serviços, inclusive das escolas, desde que seguidos os protocolos de saúde estabelecidos localmente (em nível estadual e municipal).

No caso do Ifes, houve a formulação de uma modalidade de “transição” entre o ensino não presencial e o presencial, chamada de “Ensino Flexível Híbrido”. Essa modalidade foi pensada como uma possibilidade de articular estratégias presenciais e não presenciais, buscando assim atender a um contexto de retomada da presencialidade, mas ainda permeado por diversas restrições e limitações impostas tanto aos sistemas de ensino, como a servidores, estudantes e seus familiares. Com isso, uma série de adequações foi necessária, tanto na infraestrutura como no funcionamento da escola e, por consequência, houve impactos significativos na Política de Assistência Estudantil e novos desafios colocados às equipes multidisciplinares.

Apresentamos a seguir um panorama dos auxílios concedidos nesse período.

Gráfico 2 – Programas Específicos – Auxílios Concedidos por Tipo

Assistência Estudantil - Auxílios Concedidos por Tipo



Fonte de dados: Assistência Estudantil dos campi.

Com base no gráfico apresentado, observamos que os auxílios com maior demanda foram o Auxílio Alimentação (61,8%) e o Auxílio Material Didático e Uniforme (14,4%). Em relação a este último, destacamos que ele se tornou um caminho possível para prover os estudantes em vulnerabilidade com as condições materiais para continuidade dos estudos de forma não presencial. Foi possível, por meio do Auxílio Material Didático e Uniforme, viabilizar o repasse de recursos para a compra de tablets e até notebooks para aqueles estudantes que não possuíam meios tecnológicos para o estudo, além de recursos para a aquisição de outros equipamentos e materiais de apoio ao estudo.

Ressaltamos ainda o protagonismo do Auxílio Alimentação, que permanece como a maior demanda dentre os Programas Específicos e revela-se ainda mais fundamental, especialmente considerando-se o contexto social de agravamento das condições de vulnerabilidade dos estudantes, em virtude da pandemia e suas consequências, principalmente em relação às condições financeiras das famílias. Embora o recurso e as possibilidades de atendimento às situações vivenciadas pelos estudantes sejam limitados, o Auxílio Alimentação segue sendo utilizado pela grande maioria dos campi como possibilidade de garantir suporte mínimo aos estudantes, especialmente no que se refere à segurança alimentar e nutricional, enquanto necessidade básica e direito fundamental das pessoas.

3.2 - Programas Universais

Entende-se por Programas Universais aqueles que são acessíveis a toda comunidade discente, com o objetivo de favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes. As ações universais são organizadas em 04 (quatro) eixos: Programa de Incentivo a Atividades Culturais e de Lazer; Programa de Apoio à Pessoa com Necessidade Educacional Especial; Programa de Ações Educativas/ Formação para Cidadania; e Programa de Atenção Biopsicossocial.

Tais programas têm como foco promover a inclusão social e a formação cidadã, orientando os estudantes quanto aos seus direitos, deveres e proporcionando debates com o objetivo de ampliar o arcabouço teórico dos discentes em temas relevantes para sua educação e participação cidadã, visando o rompimento de discriminações, indiferenças e preconceitos, além de promover a construção de uma cultura de cuidado de si e do outro na dimensão biopsicossocial.

No ano de 2021, foram empregados recursos para desenvolvimento de ações relacionadas aos Programas Universais, conforme traz o gráfico a seguir.

Gráfico 3 – Programas Universais – Distribuição de Despesas - 2021



Fonte de dados: Assistência Estudantil dos campi.

De acordo com o gráfico 4, observamos que 58% dos recursos empregados nos Programas Universais da PAE foram utilizados em atividades e projetos desenvolvidos no âmbito dos Programas “Incentivo a Atividades Culturais e Lazer” e “Ações Educativas/ Formação para a Cidadania”, enquanto 26% dos recursos foram utilizados para o Programa de “Apoio às Pessoas com Necessidade Educacional Especial”, principalmente para aquisição de materiais e equipamentos assistivos e custeio de serviços pontuais para apoio aos estudantes com necessidades específicas. Outros 15% foram utilizados no “Programa de Atenção Biopsicossocial”, por meio do qual foi possibilitado o acesso a atendimentos médico, odontológico e psicológico, entre outros. Além disso, foram

promovidas novas estratégias e flexibilização nas formas de atuação das equipes, possibilitando manter a oferta de atendimentos, de espaços de escuta e orientação, do acompanhamento, ainda que de forma mais limitada do que na modalidade presencial.

Diante do exposto, ressaltamos a importância e pertinência dos Programas Universais, enquanto braço da Assistência Estudantil que alcança toda a comunidade discente com ações que têm como foco contribuir para o processo de aprendizagem e também para o desenvolvimento integral dos estudantes.

3.3 Considerações

Como dito, com a disseminação do novo coronavírus (Covid-19), que ocasionou a situação de pandemia mundial, foi preciso adotar uma série de medidas sanitárias, dentre elas o distanciamento/ isolamento social, o qual teve como consequência a suspensão das atividades escolares presenciais durante quase todo o ano de 2020 e parte de 2021. Com isso, observamos várias mudanças, especialmente nos espaços escolares, em que houve a estruturação e implantação de alternativas de continuidade das atividades de ensino de forma não presencial. As mudanças e adaptações impostas pelo prolongar da situação de pandemia por mais de 1 ano tiveram impacto direto sobre os trabalhos da Assistência Estudantil, sendo necessária toda uma conformação do planejamento, da execução e acompanhamento dos estudantes. Em meados de 2021, com o arrefecimento dos números da pandemia, as medidas sanitárias foram pouco a pouco se abrandando, possibilitando uma perspectiva de retorno presencial, ainda que cercado de muitas medidas de segurança, várias ressalvas e diversos protocolos a serem seguidos.

No âmbito pedagógico, esse processo foi extensamente discutido, e elaborou-se a proposta nomeada como “Ensino Flexível Híbrido”, em que se buscou um modelo de transição entre o não presencial e o presencial, preconizando um retorno gradual e seguro. Como em todo processo de mudança, com o Ensino Flexível Híbrido surgiram novas demandas e, conseqüentemente, a necessidade de novas adaptações e ajustes nos processos de trabalho, gerando aumento na demanda de trabalho, sobrecarga e dificuldade para garantir os espaços de planejamento das ações.

Assim, e como já ocorrido no ano anterior, em 2021 foram implementadas e/ou aperfeiçoadas estratégias para adaptar os processos de seleção para os auxílios da Assistência Estudantil ao meio virtual, com o uso de formulários online para inscrição, realização de reuniões tira-dúvidas e gravação de vídeos informativos. De igual modo, outras ações e atividades propostas pelas equipes foram adequadas ao espaço virtual, como atendimentos, grupos de orientação profissional, rodas de conversa, entre outras.

Permanecem, contudo, as dificuldades em função da ausência de um sistema informatizado que possibilite a realização de um processo seletivo mais ágil e favoreça o acompanhamento dos estudantes, na medida em que seus dados, informações relevantes, atendimentos e encaminhamentos realizados poderiam ser registrados e sistematizados para acesso da equipe. Arelada a isso, observamos a sobrecarga dos profissionais em função das diversas demandas e das rotinas administrativas, que demandam muito tempo, esforços e procedimentos burocráticos, o que poderia ser minimizado com a implantação de um sistema. Algumas experiências têm sido desenvolvidas nesse sentido, e contribuirão principalmente na agilidade dos processos seletivos, nas ainda apresentam limitações principalmente no que se refere aos demais procedimentos administrativos, atendimentos e acompanhamentos realizados pela equipe. Espera-se que tais questões sejam solucionadas, pelo menos em alguma medida, com a implantação do SIGA-A, o módulo acadêmico do Sistema Integrado de Gestão.

Outra questão limitante a ser considerada diz respeito à fragilização das equipes de Assistência Estudantil – equipes reduzidas, por vezes incompletas, e sem perspectiva de novas aquisições; vários afastamentos por motivo de saúde, entre outras situações. Em diversos momentos, observa-se que as Comissões Internas de Acompanhamento da Política de Assistência Estudantil - CIAPAEs têm atuado no sentido de gerir e acompanhar as ações implementadas, porém a atuação técnica permanece prejudicada, e num contexto em que as demandas estudantis aumentam e se tornam cada vez mais complexas.

Diante disso, o fortalecimento das equipes se torna uma necessidade cada vez mais presente, tanto quantitativamente – estruturação e ampliação das equipes – como qualitativamente – investimentos em infraestrutura, organização do trabalho e, especialmente, em formação, tanto específica da Assistência Estudantil, como entre os servidores dos setores do ensino.

Nesse sentido, observou-se que em alguns campi foi possível avançar na compreensão da importância do desenvolvimento de ações integradas entre os setores e, assim, ampliar e fortalecer o acompanhamento das demandas dos estudantes, o que foi percebido como um fator positivo para a atuação das equipes. Destaque para o constante diálogo dos profissionais com os diversos setores do campus, através das reuniões pedagógicas e da participação em núcleos e fóruns diversos – espaços fundamentais onde há trocas de experiências, discussões técnicas, alinhamento de estratégias de trabalho e construção de uma atuação interdisciplinar. Além disso, observou-se também uma aproximação entre os profissionais dos diversos campi, e com isso o fortalecimento do trabalho intercampi, com a construção e implementação conjunta de estratégias de trabalho e realização de ações em parceria. Ressaltamos ainda a importância da atuação dos Grupos de Trabalho das categorias profissionais, que possibilitaram o debate coletivo acerca dos processos de trabalho desenvolvidos no contexto da pandemia. Destaque para a atuação, em especial, dos profissionais de enfermagem, no constante processo de orientação acerca dos protocolos de segurança no combate ao coronavírus, bem como em todo o processo de retorno gradual à presencialidade.

De fato, em tempos de pandemia, a comunicação tornou-se ponto chave de toda uma nova lógica de trabalho, bem como de toda a proposta educativa posta em curso pela instituição. Nesse aspecto, observou-se que as dificuldades na comunicação com estudantes e suas famílias persistiram em 2021, o que também trouxe impactos e prejuízos aos processos de acompanhamento dos discentes, bem como às possibilidades de intervenção diante das demandas existentes. Também foram observadas, em diversos casos, desarticulação e dificuldades de diálogo entre as próprias equipes dos campi, como também junto à gestão, as quais impactaram o atendimento aos estudantes.

Além disso, a desigualdade no acesso aos meios digitais, atrelada à dificuldade em monitorar o acesso dos discentes às APNPs, ainda se mostraram como fatores de grande prejuízo à aprendizagem dos estudantes. Com iniciativas como o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital, foi possível atender a boa parte das demandas dos estudantes por contratação de internet, porém esse auxílio foi descontinuado devido à falta de orçamento para sua manutenção. Já o projeto “Alunos Conectados” não atingiu a grande maioria dos estudantes que dele

necessitariam, devido à inexistência ou precariedade da cobertura das operadoras de telefonia/internet nos locais de domicílio dos discentes.

Ademais, observou-se no decurso das APNPs e do Ensino Flexível Híbrido que a mera transferência de recursos não foi capaz de solucionar as dificuldades dos estudantes no quesito acessibilidade digital, pois há diversas limitações encontradas em cada caso, como falta de cobertura das operadoras, dificuldades de instalação na zona rural, fatores culturais que fazem com que algumas famílias recusem os benefícios oferecidos, além dos casos em que os discentes contemplados não podem participar dos momentos síncronos por estarem trabalhando. Tal realidade aponta para uma necessidade latente de ampliação e aprimoramento das estratégias de comunicação utilizadas pela escola, incluindo meios virtuais, tecnologias digitais da informação e comunicação, além de estratégias presenciais que considerem as diversas realidades dos discentes.

Outro ponto a ser destacado é a necessidade de investimento nos Programas Universais, não apenas em termos de tempo e recursos, mas também de elaboração de novos projetos e propostas que promovam o desenvolvimento integral dos estudantes, por meio de estratégias de acolhimento, atendimento, acompanhamento, cuidado, promoção e prevenção em saúde, inclusão social e formação cidadã. Tal ampliação de faz cada vez mais necessária, especialmente em um contexto em que os estudantes relatam dificuldades de adaptação às APNPs e também no posterior retorno presencial, além da perda de rotina, falta do contato humano, sentimentos de angústia e desamparo, ansiedade e depressão, que por diversas vezes motivaram a desistência e evasão. Algumas ações de enfrentamento foram sendo construídas ao longo do processo, na busca de minimizar as dificuldades, porém tais questões estão postas como desafio às equipes e a toda instituição, e demandam a elaboração e articulação de propostas e políticas voltadas à saúde mental dos discentes.

Outra questão enfrentada foi a limitação das possibilidades de articulação com as redes municipais de educação, de saúde e socioassistenciais, em virtude da sua precarização diante dos impactos da pandemia o que dificultou a realização de encaminhamentos e o acompanhamento de casos de estudantes que demandavam uma abordagem intersetorial. Contudo, tal articulação tem se mostrado cada vez mais fundamental para viabilizar um atendimento que seja de fato integral às demandas dos estudantes.

Propostas e sugestões:

- aprimoramento dos processos de comunicação por meio virtual;
- implementação de sistema para apoio aos processos de seleção e acompanhamento dos estudantes, ou adequação do SIGA-A para estas finalidades;
- fortalecimento das equipes de Assistência Estudantil, com a garantia das equipes mínimas, contemplando profissionais de serviço social, psicologia e enfermagem, sem prejuízo de outros das demais áreas afins à Assistência Estudantil;
- fortalecimento da atuação interdisciplinar dos profissionais da educação, bem como investimento na construção de processos de trabalho integrados entre os diversos setores ligados ao ensino;
- promoção de ações de formação permanente dos profissionais das equipes.

4 – Fórum Interdisciplinar de Assistência Estudantil

O Fórum Interdisciplinar de Assistência Estudantil (Portaria nº 1.583, de 20 de dezembro de 2010) é um colegiado de natureza consultiva, de caráter especializado, responsável por propor diretrizes e políticas no âmbito da Assistência Estudantil. Tem como objetivos:

- I. elaborar a Política de Assistência Estudantil do Ifes, acompanhar sua implementação, avaliá-la e reformulá-la quando julgar necessário;
- II. congregar os profissionais de Assistência Estudantil inseridos no Ifes;
- III. contribuir com a formação e atualização de seus membros pelo intercâmbio de conhecimentos e de experiências;
- IV. planejar, desenvolver métodos de trabalho, procedimentos e editar enunciados, respeitando as peculiaridades concernentes a cada campus e profissão;
- V. promover encontros dos profissionais da Assistência Estudantil visando discussões pertinentes à atuação profissional;
- VI. analisar e propor projetos e programas pertinentes à atuação da Assistência Estudantil;
- VII. manter intercâmbio, dentro dos limites de sua finalidade, com entidades de natureza jurídica e social do País e do exterior;
- VIII. incentivar a participação em eventos de formação profissional, bem como a produção de conhecimento, na área da Assistência Estudantil;
- IX. elaborar instrumentos de trabalho e normatizar os projetos e programas da Assistência Estudantil por meio de propostas de resoluções.

No ano de 2021, os processos educacionais ainda foram marcados pela pandemia, com a manutenção das APNPs, num exercício de preparação para a retomada gradual e segura das atividades presenciais, no que chamamos de Ensino Flexível Híbrido, tendo como grande aliada a disponibilidade e estímulo à vacinação dos trabalhadores(as) da Educação, bem como aquisição de insumos e organização do espaço escolar de acordo com as normativas de segurança vigentes.

Nesta realidade, após todo um processo de revisão do regimento do Fiae, especialmente no que se refere à tramitação das alterações necessárias para viabilizar sua recomposição, foi possível retomar as atividades e reuniões ordinárias do Fórum, visando sobretudo o fortalecimento das Equipes de Assistência Estudantil e o apoio à formação acadêmica dos(as) estudantes, e pautando sua atuação nos seguintes assuntos:

- Retomada na participação nos processos de gestão democrática da Instituição, através da indicação de representantes para as Câmaras, Conselho e Comissões ligados aos processos de Ensino, dentre elas a Comissão de Permanência;

- Apreciação e deliberação acerca da Minuta da Instrução Normativa da AE nas APNPs, para os casos de trancamento a pedido/compulsório e matrícula vínculo, destacando sua posição acerca da realidade e desafios que permeiam os processos de ensino e permanência, produzindo altos índices de evasão, reprovação e pouco aprendizado dos conteúdos. Tais questões foram evidenciadas no contexto da pandemia, diante da implementação das APNPs, e precisam ser tratadas de forma processual pela Instituição;
- Levantamento, apreciação e proposições acerca do processo de gestão do Auxílio Emergencial de Inclusão Digital, com utilização do recurso da Assistência Estudantil, seus efeitos e repercussões no processo de gestão da PAE;
- Levantamento do processo de gestão do programa Alunos Conectados/MEC, quanto a adesão dos estudantes e limitações quanto ao serviço das operadoras versus as necessidades e diferenças regionais dos Campi do Ifes;
- Dúvidas sobre processo de gestão dos Programas de Assistência Estudantil durante as APNPs;
- Auxílio Emergencial parceria IFES x SINASEFE Seção Ifes (Termo Aditivo);
- Participação em reunião das Coordenações dos Fóruns do Ensino/PROEN;
- Participação da Coordenadoria de Atendimento Multidisciplinar nos processos de gestão do Ensino no Ifes;
- Apreciação da Minuta de Mobilidade Acadêmica, proposta pela Assessoria de Relações Internacionais - Arinter;
- Apreciação na Minuta de reformulação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, mediada pela Pró-reitoria de Ensino;
- Retomada dos diálogos com as equipes da Diretoria de Tecnologia da Informação e Proen acerca da implementação de novas soluções no SIGA-A;
- Programa de Gestão: a partir de contato do GT de Serviço Social, o FIAE realizou a mobilização dos(as) servidores(as) dos Fóruns do Ensino, que culminou na realização de reunião com Comissão responsável pela referida Minuta, visando a promoção de diálogo com esta representação de TAEs. O objetivo foi o de compreender as proposições do documento em relação aos processos de trabalho e suas implicações no cotidiano dos(as) servidores(as) do Ifes; e ampliar o alcance deste debate juntos aos(às) trabalhadores(as) do Ensino, especialmente no que tange às atividades a serem realizadas no âmbito da Assistência Estudantil. Ao final, o FIAE encaminhou suas reflexões e proposições para a Comissão da Minuta, no intuito de trazer orientações quanto às especificidades dos processos de trabalhos das Equipes da AE;
- Apreciação e contribuições na Minuta do Ensino Flexível Híbrido.

5 – Programa de Bolsa Permanência

O Programa de Bolsa Permanência – PBP foi criado por meio da Portaria Ministerial nº 389, de 09 de maio de 2013, do Ministério da Educação, e é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes de graduação matriculados em instituições federais de ensino oriundos de comunidades indígenas ou quilombolas.

Os principais objetivos do Programa são:

- I. viabilizar a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas;
- II. reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil;
- III. promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico.

Este auxílio tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, desde que cumprindo, cumulativamente, as seguintes condições:

- I. possuir renda familiar per capita não superior a um salário-mínimo e meio;
- II. estar matriculado em cursos de graduação com carga horária média superior ou igual a cinco horas diárias;
- III. não ultrapassar dois semestres do tempo regulamentar do curso de graduação em que estiver matriculado para se diplomar;
- IV. ter assinado Termo de Compromisso;
- V. ter seu cadastro devidamente aprovado e mensalmente homologado pela instituição federal de ensino superior no âmbito do sistema de informação do programa.

Além disso, o Programa prioriza os indígenas e quilombolas, que, independente da carga horária dos cursos nos quais estão matriculados, poderão receber o recurso, desde que comprovada a condição de pertencimento a uma comunidade indígena ou quilombola, conforme dispõe o Anexo I da referida Portaria Ministerial.

A Bolsa Permanência é acumulável com outras modalidades de bolsas acadêmicas, como a bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC.

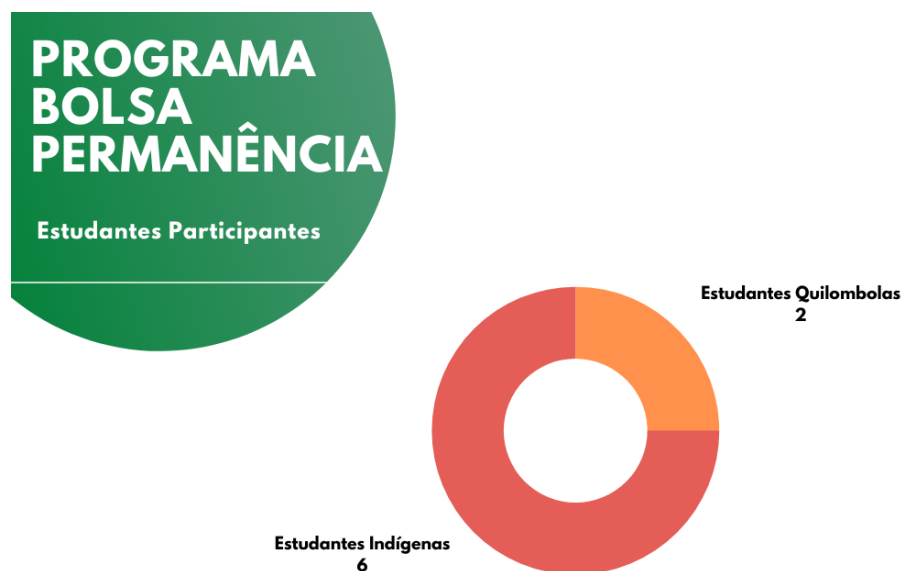
O Ifes aderiu ao Programa à época de sua implementação, tendo realizado a divulgação do PBP aos campi, que mobilizaram os alunos interessados a preencherem seus respectivos cadastros com informações sobre seu perfil socioeconômico e acadêmico. Foi enviado memorando aos campi esclarecendo a respeito dos objetivos e critérios de participação no Programa, e orientando a respeito do cadastramento e avaliação de documentação

dos alunos. Como o Ifes não possui cursos com carga horária média diária que atenda ao critério do PBP, apenas estudantes de origem quilombola ou indígena puderam ser contemplados.

Sendo assim, em 2021 o Ifes contou com 8 estudantes beneficiados pelo Programa de Bolsa Permanência, sendo 2 deles de origem quilombola e 6 de origem indígena. Não houve abertura de novas inscrições para o Programa no ano de 2021.

Um importante avanço realizado no início do ano de 2021 foi a atuação da Comissão Interdisciplinar de Execução do Programa Bolsa Permanência no âmbito do Ifes, a qual conta com a participação representantes de comunidades indígenas, quilombolas e membros da sociedade civil, além de servidores da instituição, e tem como função auxiliar na comprovação e fiscalização da condição de pertencimento étnico dos estudantes indígenas e quilombolas, bem como no seu processo de adaptação acadêmica. Os estudantes beneficiados pelo PBP são acompanhados pela Comissão, e são produzidos relatórios mensais de frequência e desempenho acadêmico dos alunos bolsistas. Tal acompanhamento possibilitou uma maior aproximação com a realidade desses estudantes e a realização de intervenções nos casos em que foram identificadas situações que comprometiam o percurso educativo desses estudantes – situações familiares, de saúde, questões relacionadas à vida profissional e ao trabalho, questões pedagógicas ou de identificação com o curso, etc.

Figura 2 – Estudantes Participantes do Programa Bolsa Permanência – 2021



Fonte de dados: Pró-reitoria de Ensino

5 – Atuação da Diretoria de Assuntos Estudantis

A Diretoria de Assuntos Estudantis é o setor da Pró-reitoria de Ensino responsável por assessorar a Proen e os campi na elaboração de programas e projetos voltados à educação em saúde, cidadania, diversidade e inclusão, atenção biopsicossocial, entre outros. Além disso, é responsável por assessorar as equipes ligadas à Assistência Estudantil, aos Napne e aos Neabi dos campi, no âmbito de sua atuação, assim como colaborar com o Fórum Interdisciplinar de Assistência Estudantil (FIAE), com o Fórum dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Fonapne), com o Fórum dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Foneabi) e com o Núcleo de Gênero e Sexualidade do Ifes. A equipe da DAE é constituída por 5 servidoras, sendo: a diretora, e 4 profissionais das áreas de nutrição, psicologia, pedagogia e serviço social.

Esta Diretoria desenvolveu, no ano de 2021, uma série de atividades relacionadas à Assistência Estudantil, dentre elas:

- orientação aos campi e acompanhamento de processos relacionados à Assistência Estudantil;
- acompanhamento de reuniões e assessoria ao FIAE;
- levantamento de informações relacionadas a Assistência Estudantil com vistas à produção de documentos e relatórios (semestrais e anuais), como também para subsidiar ações e projetos institucionais;
- elaboração de Relatório de Gestão (anual) e Relatórios de Acompanhamento de Ações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP (semestrais);
- assessoramento aos campi e à Pró-reitoria de Ensino, nas áreas técnicas de nutrição, psicologia, pedagogia e serviço social, no que tange à Política de Assistência Estudantil do Ifes;
- acompanhamento das discussões e assessoramento aos Grupos de Trabalho por categorias profissionais;
- parcerias com os campi na elaboração de materiais e na realização de oficinas e palestras voltadas aos estudantes;
- participação na construção do Protocolo de Retorno às Atividades nos Ambientes de Alimentação Coletiva junto ao Grupo de Trabalho de Alimentação e Nutrição do Ifes;
- acompanhamento do Programa de Bolsa Permanência no âmbito institucional;
- atuação na comissão gestora do Projeto “Alunos Conectados”;
- participação na Comissão Central de Permanência e Êxito Estudantil e em outras comissões relacionadas a temas afins à Assistência Estudantil;
- elaboração de pareceres técnicos (quando necessário).

Neste contexto, apresentamos algumas propostas formuladas para atuação da Diretoria no que tange principalmente à Assistência Estudantil:

- implementação de melhorias nos processos de monitoramento e avaliação das ações relacionadas à Assistência Estudantil, com a revisão das ferramentas de coleta de dados atuais e construção de novas metodologias e instrumentos para viabilizar um melhor acompanhamento;
- atuação junto ao Fiae no debate acerca da reformulação da Política de Assistência Estudantil;
- promoção, junto às equipes dos campi, da construção compartilhada de processos, procedimentos e técnicas que contribuam para o desenvolvimento integral dos discentes, bem como para sua permanência e êxito no percurso escolar;
- promoção e apoio a ações de formação dos profissionais ligados à Assistência Estudantil;
- colaboração, junto à Coordenadoria de Assuntos Acadêmicos e ao Fiae, no trabalho de adequação do SIGA-A, visando contemplar as demandas da Assistência Estudantil quanto à organização das informações relativas aos atendimentos e às ações realizadas no contexto da Política de Assistência Estudantil, viabilizando assim uma maior funcionalidade e agilidade nos processos, a articulação dos dados e o monitoramento do trabalho realizado;
- colaboração com a equipe pedagógica no planejamento e acompanhamento das políticas educacionais, bem como na avaliação e no redirecionamento de planos e práticas educacionais;
- apoio e contribuição no diálogo e integração dos fóruns e núcleo ligados à Proen (Fórum Interdisciplinar de Assistência Estudantil, Fórum de Gestão Pedagógica, Fórum dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, Fórum de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, Fórum de Registros Acadêmicos, Fórum de Bibliotecários, Fórum de Gestores de Ensino, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades) para debate, construção coletiva de procedimentos e proposição de ações conjuntas, com foco na formação integral dos discentes.

Referências

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, 2010.

IBGE. Nota Técnica 01/2018. Rio de Janeiro, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2024. Vitória, 2019, p. 68.

ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York, 2015.